

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 059/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2025****TERMO DE REFERÊNCIA****1. ORIGEM DA DEMANDA:**

1.1. Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Trânsito.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preço para a futura e eventual aquisição parcelada de materiais elétricos, conforme demanda da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Trânsito de Trindade do Sul/RS.

2.2. As especificações dos materiais elétricos, as quantidades estimadas e o valor de referência são os constantes na tabela abaixo e compreendem o estipulado na Formalização da Demanda apresentada pela Secretaria Requisitante:

Item	Descrição	Qtde/ Unidade
1.	Base para relé fotocélula: Base soquete tipo para relé fotoelétrico com capacidade para 1.000W, tensão nominal de operação 220V, compatível com relé tipo pino; corpo em material termoplástico resistente a UV e intempéries, com grau de proteção mínimo IP44.	120 unidades
2.	Boia elétrica tipo chave de nível: Indicada para controle automático de bombas d'água, com tensão de operação 220V, corrente mínima de 10A, cabo com dupla isolamento de no mínimo 3 metros, invólucro resistente a impactos, impermeável, classe IP68.	30 unidades
3.	Braço curvo para luminária pública: Fabricado em aço galvanizado a fogo, com sapata soldada e reforço, comprimento de 1,50 metros, diâmetro 48 mm, espessura mínima da parede de 1,8 mm, conforme NBR 6323 e NBR 7480. Aplicação em postes urbanos.	150 unidades
4.	Canaleta plástica para passagem de fios: Fabricada em PVC rígido, autoextinguível, com fixação adesiva dupla face, sem divisória, com tampa removível, 2 metros de comprimento, largura mínima de 20 mm, resistente a temperatura de até 70°C.	50 unidades
5.	Chave contactora tripolar 32A: Contator de potência, tripolar, capacidade nominal de corrente 32A, bobina com tensão 220V, 50/60 Hz, grau de proteção IP20 ou superior, conformidade com norma IEC 60947-4-1. Vida útil elétrica mínima: 1 milhão de manobras.	30 unidades
6.	Chave contactora tripolar 25A: Mesmas especificações do item anterior, porém com corrente nominal de 25A, com certificações de segurança e fabricação conforme norma ABNT NBR IEC 60947-4-1. Aplicação em sistemas de automação e proteção de motores.	20 unidades
7.	Conector cunha ramal tipo 3,4 ES: Conector metálico tipo cunha reforçado para derivação de ramal em redes aéreas de distribuição de energia, para condutores de alumínio ou cobre, tipo 3,4 ES, com torque controlado, resistente à corrosão e intempéries.	400 unidades
8.	Conector perfurante: Para cabos de 10 mm ² , com isolamento em PVC, resistente a raios UV, com parafuso de aperto com cabeça sextavada, proteção contra infiltração de umidade, indicado para derivação sem decapagem. Certificado conforme normas da ABNT.	200 unidades
9.	Disjuntor monofásico 63A: Disjuntor termomagnético, monofásico, curva C, capacidade de interrupção mínima de 3 kA, tensão nominal de 220V, corrente	30 unidades





	nominal de 63A, bornes de fixação com parafuso, compatível com trilho DIN. Conformidade com NBR NM 60898-1. Indicado para proteção de circuitos em instalações residenciais, comerciais ou industriais.	
1	Disjuntor trifásico 63A: Disjuntor termomagnético, trifásico, curva C, capacidade de interrupção mínima de 3 kA, tensão nominal de 380/400V, corrente nominal de 63A, bornes de fixação com parafuso, compatível com trilho DIN. Conformidade com NBR NM 60898-1. Indicado para proteção de circuitos de potência em instalações comerciais ou industriais.	10 unidades
1	Disjuntor trifásico 70A: Disjuntor termomagnético, trifásico, curva C, capacidade de interrupção mínima de 3 kA, tensão nominal de 380/400V, corrente nominal de 70A, bornes de fixação com parafuso, compatível com trilho DIN. Conformidade com NBR NM 60898-1. Indicado para proteção de circuitos de potência em instalações comerciais ou industriais que demandam maior capacidade de corrente.	10 unidades
1	Fio flexível 2,5mm²: Cabo de cobre flexível com isolamento em PVC antichama, tensão máxima de operação 750V, temperatura máxima de operação até 70°C, conforme norma NBR NM 247-3, certificado pelo INMETRO. Cor a definir conforme padrão da contratante.	1.500 metros
1	Fio flexível 6mm²: Cabo de cobre flexível com isolamento em PVC antichama, tensão máxima de operação 750V, temperatura máxima de operação até 70°C, conforme norma NBR NM 247-3, certificado pelo INMETRO. Seção transversal de 6 mm ² . Indicado para circuitos de tomadas de uso específico e iluminação pública.	1.500 metros
1	Fio multiplexado 10mm²: Cabo de alumínio multiplexado com alma de aço, tensão máxima de operação 750V, indicado para redes aéreas de baixa tensão, conforme norma NBR 8182.	2.000 metros
1	Fita de alta fusão: Fita isolante de alta fusão com largura de 19 mm e comprimento mínimo de 10 metros, resistente a temperaturas de até 90°C, cor preta, indicada para isolamento e proteção contra umidade em emendas de cabos elétricos.	35 unidades
1	Fita isolante PVC 20m: Fita isolante de PVC com largura mínima de 18 mm e resistência dielétrica \geq 5kV, cor preta, rolo com no mínimo 20 metros. Produto com selo INMETRO e conforme norma NBR 9985.	100 unidades
1	Lâmpada LED 9W: Lâmpada LED de 9W, base E27, temperatura de cor 6.500K (branca fria), fluxo luminoso mínimo de 800 lúmens, tensão bivolt (110-220V), vida útil igual ou superior a 25.000 horas. Produto com selo Procel e certificação INMETRO.	60 unidades
1	Lâmpada LED 20W: Lâmpada LED de 20W, base E27 ou E40 (especificar), temperatura de cor 6.500K, fluxo luminoso mínimo de 2.000 lúmens, bivolt, com driver integrado, vida útil igual ou superior a 25.000 horas. Produto com selo Procel e certificação INMETRO.	100 unidades
1	Luminária pública LED 200W: Luminária pública LED com potência de 200W, fluxo luminoso mínimo de 35.400 lúmens, temperatura de cor 4.000K, grau de proteção IP66, resistência a impacto IK08, fator de potência igual ou superior a 0,98, vida útil igual ou superior a 80.000 horas. Corpo em alumínio injetado, com fotocélula integrada, certificada conforme NBR 15129:2012 e IEC 60598-1.	100 unidades
2	Luminária pública LED 150W: Luminária pública LED com potência de 150W, fluxo luminoso mínimo de 21.750 lúmens, temperatura de cor 5.000K, grau de proteção IP66, resistência a impacto IK08, vida útil igual ou superior a 60.000 horas. Corpo em alumínio injetado, com fotocélula integrada, certificação INMETRO e selo Procel.	200 unidades





2	Luminária pública LED 60W: Luminária pública LED com potência de 60W, fluxo luminoso mínimo de 6.600 lúmens, temperatura de cor 5.000K, grau de proteção IP66, resistência a impacto IK08, fator de potência igual ou superior a 0,98, corpo em alumínio, com fotocélula integrada, certificação INMETRO e selo Procel. Vida útil igual ou superior a 60.000 horas.	200 unidades
2	Parafuso galvanizado com porca e arruela: Parafuso de aço galvanizado com rosca completa, comprimento mínimo de 35 cm, diâmetro compatível com poste padrão nº 25. Fornecido com porca sextavada e arruela lisa.	300 unidades
2	Relé fotocélula tipo pino 220V: Relé fotocélula tipo pino para acionamento automático de iluminação pública, tensão nominal de 220V, potência suportada mínima de 1.000W, sensor de luminosidade integrado, invólucro em polipropileno, grau de proteção IP65, tempo de resposta máximo de 60 segundos.	1.000 unidades
2	Relé de sobrecarga 25W: Relé térmico de sobrecarga para motores, corrente nominal de 25A, classe de disparo 10A, tensão de operação 220V, ajuste regulável, com rearme manual e automático, fixação em trilho DIN, corpo em material isolante de alta resistência.	60 unidades

*** Preço de Referência.**

2.3. O valor estimado da presente contratação foi realizado, em conformidade com o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme orçamentos captados pelo Departamento de Compras. O valor de cada item foi cotado por unidade (unitário).

2.4. Os produtos (bens), objeto desta contratação, são caracterizados como comum(ns), ou seja, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021).

2.5. Quanto ao fornecimento dos materiais elétricos, o mesmo pode ser realizado por apenas um ou por mais de um fornecedor/licitante, visto que o objeto será adquirido de forma parcelada, aproveitando as peculiaridades do mercado local com vistas à economicidade e manutenção dos parâmetros de qualidade, sem que isso afete a competição ou haja concentração de mercado (*menor preço unitário*).

2.6. As despesas com frete, carga e descarga, transporte, encargos, tributos, e demais despesas incluídas ao fornecimento serão de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante contratada.

3. DA FORMA E PERIODICIDADE DE ENTREGA:

3.1. A entrega dos materiais elétricos deverá ser feita de forma PARCELADA.

3.1.1. A entrega dos materiais elétricos deverá ser feita em até 20 (vinte) dias corridos a contar da emissão da Solicitação/Ordem de Compra pela Secretaria Requisitante.

3.1.2. Os materiais elétricos deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria Requisitante.

3.2. O objeto da presente Licitação será recebido e aceito após a sumária inspeção realizada por servidor Municipal da Secretaria Requisitante, podendo ser rejeitado caso desatenda as especificações exigidas; o licitante vencedor no momento da entrega deverá aguardar a conferência dos itens para assinatura do termo de entrega.

3.3. Todas as despesas sejam de frete, carga e descarga, serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora desta licitação.

3.4. Fica assegurado ao Município, através da Secretaria Responsável, o direito de rejeitar os materiais elétricos em desacordo com as especificações e condições deste Termo, do edital e do instrumento contratual, ficando o fornecedor obrigado a substituir e/ou reparar os itens irregulares, caso os materiais elétricos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-los ou complementá-los em 03 (três) dias úteis.

3.5. Caso a substituição/reparação dos materiais elétricos não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções





previstas.

3.6. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora, ter disponível o material de expediente e escolar nas quantidades solicitadas pela Secretaria, sendo necessário anotar a data e quais materiais elétricos foram entregues, e assinatura de quem recebeu.

3.7. Caberá a contratada entregar materiais elétricos de boa qualidade, em perfeitas condições físicas, devidamente embalados, atendendo padrões de qualidade, preço e marca constantes em sua proposta de preço.

3.8. A execução do fornecimento dos materiais elétricos deve ocorrer dentro das condições contidas no processo licitatório, condicionando a fiscalização e acompanhamento a ser exercido pelo Município, sendo a licitante contratada integralmente responsável por imperfeições que forem constatadas, não sendo a vistoria e fiscalização motivo para diminuição de sua responsabilidade por irregularidades verificadas ao final.

3.9. O fornecedor contratado deverá fornecer materiais elétricos produzidos de acordo com as normas vigentes, NRs, INMETRO, sendo de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.

3.10. O fornecedor contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos materiais elétricos fornecidos.

3.11. Os materiais elétricos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DE PREGÃO:

4.1. Conforme o art. 6º “*Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*”

4.2. O pregão continua reservado para bens e serviços comuns, mas agora, com o comando legal de obrigatoriedade. Ou seja, a Nova Lei de Licitações traz ao nível da legalidade o que no regime anterior foi imposto por regulamentos. No regime da Lei nº 14.133/2021, o próprio conceito de pregão já indica que se trata de modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns (art. 6º, XLI). Isso significa dizer que, detectado o cabimento da modalidade em estudo, o seu uso é obrigatório.

4.3. Conforme § 2º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, as licitações serão realizadas “**preferencialmente**” sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada.

4.4. Já o art. 176 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, dispõe:

“Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I- dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II- da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei; (grifo nosso)

III- das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.”

5. DA JUSTIFICATIVA RELATIVA À CONTRATAÇÃO:

5.1. A Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Trânsito de Trindade do Sul/RS tem por atribuição promover a manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura urbana e rural do município, o que inclui a iluminação pública, instalações elétricas em prédios públicos, manutenção elétrica e demais serviços correlatos. Para tanto, a disponibilidade contínua de materiais elétricos é essencial à prestação eficiente dos serviços públicos.

5.2. Considerando a natureza recorrente, porém imprevisível, da demanda por esses materiais — cuja necessidade varia conforme ocorrências emergenciais, cronogramas de obras, manutenção de redes de iluminação pública, entre outros fatores —, torna-se recomendável a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021.





5.3. A adoção do SRP proporciona maior economicidade, planejamento e agilidade à Administração Pública, ao permitir que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada e conforme a real necessidade, evitando estoques desnecessários e otimizando os recursos públicos. Além disso, assegura a padronização dos materiais, bem como a seleção de fornecedores previamente habilitados, garantindo qualidade e segurança nas contratações.

5.4. Dessa forma, a realização de procedimento licitatório na modalidade Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais elétricos é plenamente justificada, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA OU CONTRATO (arts. 82 a 84, 89, 90, 91 e 105 a 107 da Lei Federal nº 14.133/2021):

6.1. Conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência da Ata, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

6.3. A Ata, eventuais contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial.

6.4. O contrato/ata poderá ser anulado nos termos do art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DO REAJUSTE OU REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (art. 92 e Inciso II, alínea d do art. 124)

7.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

7.2. O valor do contrato poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

7.3. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso da Contratada.

7.3.1. O pedido de realinhamento de preço pela empresa contratada, deverá ser endereçado a Autoridade competente, com identificação do instrumento a que se refere.

7.3.2. A solicitação de alteração de preço(s), terá que ser justificada mediante a apresentação de documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do objeto pactuado.

7.3.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

7.3.3.1. A alteração dos preços contratados retroagirá à data em que entrou em vigência a norma que criou, alterou, alterou ou extinguiu os tributos ou encargos legais.

7.3.4. Os preços acordados também poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, mediante constatação da redução pelo Município.

7.3.5. Não será apreciado o pedido de realinhamento de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

7.4. A concessão ou não do reequilíbrio econômico deverá ser precedida de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que





assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

7.5. Caso a empresa contratada pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o Município obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

7.6. O não cumprimento deste prazo não implica em deferimento do pedido por parte do Município.

7.7. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

7.8. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

8. DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A execução da Ata ou contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.2. O fiscal da Ata/contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.3. O fiscal da Ata/contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.4. O fiscal da Ata/contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.5. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no subitem 8.1, deverão ser observadas as seguintes regras:

a. a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

b. a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

8.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.8.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.9. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

8.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.10. Eventuais deficiências ou anormalidades constatadas por ocasião do acompanhamento e fiscalização deverão ser registradas.

8.11. O Município poderá determinar a paralisação do fornecimento por ocasião do acompanhamento, fiscalização, e/ou inexecução do objeto.





8.12. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções.

8.13. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

9. GESTOR DO CONTRATO:

9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.4. A futura contratação não resulta em acréscimos de gastos orçamentários, uma vez que a Secretaria Municipal já tem funcionários destinados a tal função.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

10.1. O objeto do contrato será recebido de forma provisória e definitiva, as quais serão realizados na forma do art. 140, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de licitação na modalidade Pregão, com fundamento no art. 28, inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.2. Fornecer os materiais elétricos registrados conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas da Ata de Registro de Preços ou contrato, no local, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

12.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar.

12.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos.





12.7. Paralisar, por determinação do Município, qualquer fornecimento que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.8. Conduzir o fornecimento dos produtos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

12.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

12.10. Vedar a utilização, na execução do fornecimento, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

12.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.12. Realizar, com seus próprios recursos o fornecimento com o objeto contratado, de acordo com as especificações estipuladas.

12.13. Comunicar formalmente quaisquer alterações provenientes de caso fortuito ou de força maior, que gere fato impeditivo da execução do contrato.

12.14. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo.

12.15. A empresa que vier a ser contratada deverá responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o fornecimento, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do fornecimento, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos, e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura.

12.16. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como materiais sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

13.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

13.2. Verificar minuciosamente, a conformidade dos produtos entregues provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

13.3. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais elétricos, para que seja refeito, reparado ou corrigido.

13.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

13.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.6. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

13.7. Aplicar as sanções na forma dos arts. 104 e 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

14.1. A aquisição em epígrafe está de acordo com a legislação vigente; diante de todas as descrições mencionadas nesse documento. Contudo, uma aplicação preventiva, adequada e eficiente é uma forma racional de aplicar os recursos destinado para atender as demandas das secretarias municipais





ficando clara a necessidade da Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na aquisição de materiais necessários, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local; neste sentido, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS:

15.1. Não se vislumbram impactos ambientais com a presente aquisição.

16. PARCELAMENTO:

16.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento ou não, observando quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. O padrão de qualidade do objeto pretendido pelo Poder Público perfaz elemento essencial nas contratações, o que implica numa análise ampliada sobre a eficiência do negócio e o alcance da finalidade almejada, mormente perante a avaliação da viabilidade ou não parcelamento, ante a perda de economia de escala (art. 40, § 3º, I e II, Lei nº 14.133/2021).

16.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda terá vários itens, sendo adquiridos parceladamente, conforme a necessidade das Secretarias requisitantes, haja visto, se comprovar ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

Trindade do Sul/RS, em 15 de julho de 2025.

.....
Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Trânsito
Sr. Amauri Borges

